

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Goyaz") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sociedade

A Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Goyaz"), foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora"), cuja acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A., apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Brazil Participações S.A.

100%

GBS Participações S.A.

100%

Goyaz Transmissão de Energia S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.394	15.691
Concessionária e permissionárias	6	2.661	1.132
Tributos e contribuições a compensar		263	99
Prêmio de seguro		638	374
Adiantamento a fornecedores e funcionários	7	-	137
Ativo da concessão	8	36.234	30.467
Total do ativo circulante		49.190	47.900
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	8	423.534	402.528
Prêmio de seguro		28	68
Adiantamento a fornecedores	7	1.297	12.618
Total do ativo não circulante		424.859	415.214
Total do ativo		474.049	463.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	77.089	906	17.040	-	95.035	2.283	97.318
Aumento de capital conforme AGE de 28 de janeiro de 2022	2.283	-	-	-	2.283	(2.283)	-
Aumento de capital conforme AGE de 09 de março de 2022	1.230	-	-	-	1.230	-	1.230
Aumento de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	268.268	-	-	-	268.268	-	268.268
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.702	40.702	-	40.702
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(387)	(387)	-	(387)
Constituição de reserva legal	-	2.035	-	(2.035)	-	-	-
Constituição das reservas de retenção de lucros	-	-	38.280	(38.280)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	348.870	2.941	55.320	-	407.131	-	407.131
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.070	16.070	-	16.070
Constituição de reserva legal	-	804	-	(804)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(153)	(153)	-	(153)
Constituição das reservas de retenção de lucros	-	-	15.113	(15.113)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	348.870	3.745	70.433	-	423.048	-	423.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Goyaz"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar no município de São Paulo. A companhia é controlada pela GBS Participações S.A., cuja acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite").

1.2. Da Concessão: Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 002/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 23/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km; (ii) Novo páteo em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e páteo em 345/230-13,8 kV; (iii) Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto; (iv) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.320 (R\$34.227 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de

Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 12 do Leilão ANEEL nº 02/2018, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 23/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2023 de R\$ 34.227.230,29.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 230 kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km;
- Novo páteo em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e páteo em 345/230-13,8 kV;
- Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto;
- Implementação de trecho de linha de transmissão em 345 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 2 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da linha de transmissão em 345 kV Samambaia - Bandeirantes e a subestação Pirineus 345 kV;
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe

coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formada pela presidência e por diretores responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos. Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem		7.671	222.524
Remuneração do ativo de concessão líquido		36.485	27.762
Receita de operação e manutenção		2.976	1.583
Receita operacional líquida	14	47.132	251.869
Custo de implementação de infraestrutura	15	(21.965)	(196.363)
Custo de operação e manutenção	16	(3.252)	(1.350)
Lucro bruto		21.915	54.156
Despesas gerais e administrativas	17	(3.685)	(5.692)
Outras receitas (despesas)		1.540	-
Lucro antes do resultado financeiro		19.770	48.464
Receitas financeiras	18	631	3.302
Despesas financeiras	18	(2.633)	(2.407)
		(2.002)	895
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.768	49.359
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(1.010)	(1.018)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	(688)	(7.639)
Lucro líquido do exercício		16.070	40.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	16.070	40.702
Total de resultados abrangentes	16.070	40.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	17.768	49.359
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	2.032	9.163
Juros e variações monetárias de empréstimos e debêntures	-	3.106
Provisões para contingências (Aumento) diminuição nos ativos operacionais	2.795	7.114
Ativo de concessão	(26.773)	(255.302)
Concessionárias e permissionárias	(1.529)	(1.132)
Impostos e contribuições a compensar	(164)	(20)
Prêmio de seguro	(224)	137
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	11.458	(12.477)
Partes Relacionadas	-	250
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais	(11.476)	(9.989)
Fornecedores		
Tributos e contribuições sociais	34	(1.179)
Salários e encargos sociais	(1.016)	1.735
Encargos setoriais	128	67
Partes Relacionadas	-	(699)
Outros passivos	1.673	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.003)	(826)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(6.297)	(210.693)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	269.498
Captação de empréstimos, debêntures e financiamentos	-	44.000
Amortização de principal e juros de debêntures e financiamentos	-	(113.483)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	-	200.015
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(6.297)	(10.678)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.691	26.369
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.394	15.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 11); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8); Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. • Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características

continua*



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>


GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

• **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

• **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

• **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e passivos financeiros estão relacionados aos fornecedores. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 8). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início

após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.8. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplica-se a alíquota de 9%. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos

impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação; **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	2.570	1.096
Aplicações financeiras	6.824	14.595
	9.394	15.691

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, entre 70% a 98% em 31 de dezembro 2023 (75% em 31 de dezembro de 2022), cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 556 (R\$ 3.302 em 31 de dezembro de 2022).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	2.661	1.132

Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E FUNCIONÁRIOS

	31/12/2022	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores (i)	1.297	12.747
Adiantamento a funcionários	-	8
	1.297	12.755
Circulante	-	137
Não circulante	1.297	12.618

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	432.995	177.693
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem	9.025	230.954
Remuneração do ativo de concessão	37.933	28.814
Receita de operação e manutenção	3.449	1.487
(-) Faturamento	(23.634)	(5.953)
	459.768	432.995
Circulante	36.234	30.467
Não circulante	423.534	402.528

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura	443	13.550
Retenções contratuais (i)	3.444	1.609
Materiais e serviços não faturados	1.505	1.709
	5.392	16.868

(i) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que deverá ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2023	31/12/2022
a) Tributos diferidos:		
Imposto de renda diferido	9.195	8.878
Contribuição social diferida	4.966	4.646
IR e CS diferidos	14.161	13.473
PIS diferido	3.149	2.787
COFINS diferida	14.532	12.862
PIS e COFINS diferidos (i)	17.681	15.649
Tributos passivos	31.842	29.122
Circulante	1.393	1.112
Não circulante	30.449	28.010

(i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Sterlite Power

GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Conciliação do Imposto de renda e contribuição social diferidos 2023:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	47.132	47.132
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	3.771	5.656
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(943)	(509)
Outros	575	189
Impostos de renda e contribuição social diferido	(368)	(320)

c) Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos 2022:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	251.869	251.869
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(20.150)	(30.224)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(5.037)	(2.720)
Outros	83	35
Impostos de renda e contribuição social diferido	(4.954)	(2.685)

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporcionalidade das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700. d) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

	Reconhecido		Reconhecido	
	31/12/2021	no resultado	31/12/2022	no resultado
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(3.873)	(4.954)	(8.827)	(368)
Contribuição social	(1.961)	(2.685)	(4.646)	(320)
Não circulante	(5.834)	(7.639)	(13.473)	(688)

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Movimentação 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações	Juros Incorridos	Pagamento de juros/principal	Saldo em 31/12/2022
CCB Banco					
Modal (Ponte)	66.377	-	2.224	(68.601)	-
CCB Banco					
Modal (Ponte)	-	44.000	882	(44.882)	-
	66.377	44.000	3.106	(113.483)	-

A Companhia em fevereiro de 2022 firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$44.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em fevereiro de 2022. A Companhia em março de 2022 quitou os empréstimos ponte com o Banco Modal nos montantes de R\$68.601 e R\$44.882.

12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) Contingências passivas - risco de perda provável: A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Cíveis	36	7.114
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36	7.114
Cíveis	(1)	2.795
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35	9.909

Em 31 de dezembro de 2023 todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se à Ação de Constituição de Servidão, Ação de Consignação em Pagamento e Ação de Desapropriação - Fundiária.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R\$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$348.870 dividido em 348.870,449 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresenta reservas de lucros conforme abaixo: b) Reservas de lucros:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.070	40.702
Constituição da reserva legal (i)	(804)	(2.035)
Base de cálculo de dividendos	15.266	38.667
Dividendos mínimos obrigatórios	(153)	(387)
Reserva de retenção de lucros (ii)	(15.113)	(38.280)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. c) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 o valor foi de R\$153 (R\$387 em 2022).

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	9.025	230.954
Remuneração do ativo de concessão	37.933	28.814
Receita de operação e manutenção	3.449	1.487
Total da receita bruta	50.407	261.255
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	(241)	(334)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(258)	(1.325)
PIS diferido sobre operação e manutenção	(34)	-
COFINS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	(1.113)	(1.545)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(1.190)	(6.114)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	(154)	-
Total de deduções	(2.990)	(9.318)
Encargos setoriais	(285)	(68)
Receita operacional líquida	47.132	251.869
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 16)	(21.965)	196.363
Margem de implementação da infraestrutura	(13.131)	26.324
Margem %	59,78%	13,41%

15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(769)	(21.691)
Pessoal	(10)	(7.875)
Máquinas e equipamentos	(5.213)	(136.079)
Terrenos	(12.406)	-
Gastos ambientais	-	(1.066)
Edificação	(13.239)	(13.522)
Servidão	7.070	(7.638)
Capitalização de Juros	-	(3.106)
Outros	2.602	(5.386)
	(21.965)	(196.363)

Custos referentes ao final da construção do projeto e os gastos de desmobilização da obra.

16. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	(111)	(1)
Serviços de terceiros	(183)	(643)
Outros	(2.958)	(706)
	(3.252)	(1.350)

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	(1.797)	(473)
Serviços de terceiros	(1.052)	(4.178)
Aluguéis	(65)	(21)
Tributos	(17)	(12)
Seguros	(792)	(929)
Outros	38	(79)
	(3.685)	(5.692)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	556	3.302
Outras receitas financeiras	75	-
	631	3.302

Despesas financeiras

Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	-	(26)
Despesas bancárias	(160)	-
Comissões e taxas (a)	(2.116)	(267)
Multas	(257)	(3)
IOF	-	(409)
Outros	-	(1.702)
	(2.633)	(2.407)
	(2.002)	895

Equivalentes de caixa CDI 6.824 11,65% 795 8,74% 596 5,83% 397 14,56% 994 17,48% 1.192

Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
			8,74%	5,83%	14,56%	17,48%
			795	596	397	1.192

21. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Companhia

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado	
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2021	30/05/2025	R\$ 263.213
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/06/2023	30/06/2024	R\$ 297.438
Goyaz	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	12/06/2024	R\$ 16.080
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/06/2023	30/06/2024	R\$ 40.000

DIRETORIA

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Cynthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Goyaz Transmissão de Energia S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Goyaz Transmissão de Energia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia

continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a

auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

EY Building a better working world



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>